

A SOCIEDADE HEBRAICA
TRABALHO DE CURSO | 1982 – 1985
DISCIPLINA: HISTÓRIA ECLESIASTICA

SUMÁRIO

1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E POVOAMENTO DA PALESTINA	2
2. EVOLUÇÃO POLÍTICA	3
2.1 Período dos Patriarcas.....	3
2.2 Período dos Juízes.....	4
2.3 Período dos Reis	4
3. O CISMA	5
3.1 O Reino de Israel.....	6
3.2 O Reino de Judá	6
4. A DIÁSPORA	6
5. SITUAÇÃO DO CAMPONÊS, DO ESCRAVO E DA MULHER	7
6. CULTURA	8
6.1 Religião	8
6.2 Escrita e Literatura.....	9
6.3 Artes e Ciências.....	10
7. BIBLIOGRAFIA	10



A SOCIEDADE HEBRAICA

“Não terás outros deuses diante de mim”

1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E POVOAMENTO DA PALESTINA

O Senhor Deus ordenou, um dia, a Abraão: *“Levanta-te, percorre essa terra no seu comprimento e na sua largura; porque eu ta darei.”* (Gn 13.17). E, depois, ordenou a mesma coisa Moisés (Nm 13.18), então Moisés fez o mesmo aos filhos de Israel (Dt 3.26-28).

“O antigo país formava uma estreita faixa que se distendia ao longo do levante¹: a leste confrontava com a orla ocidental do grande deserto sírio-árabe; ao sul, separava-a do Egito a área inculta do Sinai; ao norte, o extremo do país era marcado pela cidade de Dã, junto à nascente principal do Jordão, próximo ao Monte Hermon”.

A distância total de Dã a Berseba (expressão muito usada no Antigo Testamento (AT) como por exemplo em 1Samuel 3.20, para designar de norte ao sul, ou de extremo a extremo), nos dias do AT, era de 225 Km, e do Mediterrâneo à entrada do deserto a leste, tinha aproximadamente 130 Km. A área de Israel nos dias de Davi era de 29.250 Km². A área do atual Israel (1966) é de 20.762 Km². Depois da guerra dos seis dias (junho/1967), o território de Israel passou a ter 89.351 Km².

Os geógrafos da Bíblia atendo-se principalmente aos tempos bíblicos, dividem a Palestina em quatro bem acentuadas e distintas regiões: Orla Mediterrânea, Planalto Central, Vale do Jordão / Mar Morto e, Transjordânia.

Na Palestina, existem cadeias de montanhas separadas por pequenos vales férteis, e havia densas florestas de cedros, carvalhos, pinheiros e ciprestes. A atividade econômica mais importante era o pastoreio, mas, também, cultivavam-se a videira e a oliveira. Em épocas de seca, porém, havia escassez de alimento para o gado e os pastores eram obrigados a ir para as montanhas.

Vários povos habitavam a Palestina antes da chegada dos hebreus. Na planície costeira estavam os cananeus e os filisteus; havia povos nômades semitas, como os amalequitas, no sul, e os edomitas, moabitas e arameus, a leste e ao norte. Os arameus têm uma importância particular, pois sua língua (o aramaico) era falada por todos os comerciantes do Oriente Médio, tornando-se, na época dos persas, a língua oficial de todos os povos que habitavam entre o Eufrates e o Egito.

Os hebreus (palavra que significa “povo do outro lado do rio”) eram de origem semita e iniciaram seus deslocamentos por volta de 2000 a.C. No tempo do primeiro Império

¹ Levante: Mar Mediterrâneo

abilônico, sob o reinado de Hamurabi, viviam nas proximidades da cidade de Ur, agrupados em clãs; cada clã era dirigido por um patriarca.

No livro de Gênesis (o começo), depois de narrar a criação do mundo, a história de Adão e Eva e de seus filhos Caim e Abel e o dilúvio mandado por Deus para castigar os homens por seus pecados, a Bíblia conta que os descendentes de Noé, sobreviventes do dilúvio, foram os primeiros patriarcas. De acordo com a narração bíblica, a família de Abraão deslocou-se de Ur, no sul da Caldeia, para o Nordeste da Mesopotâmia (Harã), e daí para Canaã ou Palestina. Ao se estabelecerem nessa região, os hebreus dividiram-se em várias tribos, ocupando os vales férteis do norte e as zonas montanhosas do sul. As comunidades hebraicas passaram, pouco a pouco, à agricultura. Nessa época já havia a propriedade familiar sobre os rebanhos.

2. EVOLUÇÃO POLÍTICA

2.1 Período dos Patriarcas

As secas, nas terras prometidas da Palestina, levaram os hebreus a emigrar para o Egito, por volta de 1800 a.C. Nesse processo, devem ter sido empurrados pelos hicsos que avançavam em direção às planícies do Nilo; ou talvez tenham simplesmente acompanhado esse povo. A Bíblia, por sua vez, conta que José, um dos 12 filhos de Israel (Jacó), foi vendido por seus irmãos a um mercador egípcio. No Egito, José acabou se projetando a ponto de tornar-se ministro do Faraó, chamando em seguida seus irmãos para lá se fixarem. Esta é a origem das 12 tribos em que se dividiu o povo Israelita.

Depois da expulsão dos hicsos (1580 a.C.), a vida dos hebreus no Egito tornou-se difícil. Eram perseguidos e tinham que pagar pesados impostos a Faraó. Conduzido por Moisés, que fora criado pela filha de um Faraó, que o encontrou boiando em uma cesta no rio, os israelitas deixaram o Egito, por volta de 1250 a.C. Foi o “Êxodo” (fuga). A Bíblia conta que, depois de atravessar o Mar Vermelho, os israelitas alcançaram a península do Sinai e vagaram quarenta anos pelo deserto, antes de chegar à Palestina.

O período que abrange desde a migração do clã de Abraão e o estabelecimento dos hebreus na Palestina até o Êxodo, ou saída dos hebreus do Egito, é denominado período dos patriarcas. Os patriarcas foram os condutores das tribos hebraicas e, ao mesmo tempo, sacerdotes, juízes e chefes militares. Tinham grande autoridade política e moral sobre o clã. Com o episódio do êxodo, começou o período da busca de uma organização política e de uma base territorial para o povo hebreu.

No deserto, Deus se revelou ao povo de Israel por intermédio de Moisés; no alto do Monte Sinai, Moisés recebeu de Deus as “Tábuas da Lei (os Dez Mandamentos), que apresentou ao povo. Nessa revelação, Deus estabeleceu uma Aliança com os filhos de Israel. Moisés morreu antes de ver seu povo entrar na Palestina.

2.2 Período dos Juízes

Durante dois séculos, os israelitas tiveram que lutar com persistência para se instalar na Palestina. O sucessor de Moisés, Josué, agrupou os vários clãs em 12 tribos, distribuindo-lhes as terras conquistadas. A sedentarização fez renascer algumas práticas idólatras entre os hebreus, no que foram influenciados pelas antigas populações locais.

Mas a resistência dos cananeus, equipados com carros de guerra, e dos filisteus, conhecedores de armas de ferro, tornava indispensável a união política das tribos e a restauração da fidelidade a Javé. Nessas lutas, os hebreus foram conduzidos pelos juízes. Os juízes eram chefes militares, cuja autoridade tinha uma fundamentação religiosa. Diziam-se enviados de Jeová para comandar o povo hebreu.

A Conquista da Palestina iniciou-se sob o comando de Josué, que tomou a cidade de Jericó. Sucederam-se outros juízes, destacando-se Débora, Gideão, Sansão e Samuel, sendo este o último deles. Os juízes tinham um poder temporário, eram chefes ocasionais: reuniam algumas tribos para fazer frente a uma ameaça comum – a guerra contra os filisteus e outros povos. Nessa época, não havia chefes permanentes e as 12 tribos encontravam-se fracionadas do ponto de vista político, embora houvesse unidade cultural (língua, costumes e, principalmente, religião).

2.3 Período dos Reis

A forma de governo nos dias dos juízes diz-se comumente que era “teocrática”, isto é, acreditava-se que Deus era o governante direto da nação. Mas o povo não levava o seu Deus muito a sério e estava continuamente a lhe voltar as costas, caindo na idolatria. Em um mundo de rapinagem, onde todas as nações roubavam e onde só se reconhecia a lei das selvas, um povo para sobreviver precisava ser suficientemente forte. Assim, Deus, acomodando-se aos métodos humanos permitiu que seu povo se unificasse, como os outros, debaixo do governo de um rei. O primeiro rei dos hebreus, escolhido em 1006 a.C., Saul, foi um fracasso.

Após a morte de Saul, cujo reinado foi marcado por campanhas militares contra os filisteus e pela oposição da classe sacerdotal, foi escolhido como rei Davi, da tribo de Judá. No reinado de Davi foi de fato criado o Estado Hebreu. Toda a Palestina foi conquistada e Jerusalém proclamada como capital do Reino. Apoiado pela aristocracia – constituída pelos chefes das grandes famílias patriarcais e pelos chefes militares a quem o rei concedia terras e mão de obra – o governo de Davi se caracterizou pela prosperidade econômica. Criou-se um exército real e permanente, inclusive com o auxílio de mercenários estrangeiros. Organizaram-se a burocracia e o sistema de impostos, e dotou-se a monarquia de um caráter sagrado.

Seu filho Salomão sucedeu-o no trono. A monarquia hebraica tinha caráter vitalício e hereditário, embora houvesse disputas entre as famílias nobres e os sacerdotes, quando se colocava a questão sucessória. O reinado de Salomão marcou o apogeu do Estado Hebreu. Durante seu reinado, o comércio se desenvolveu de maneira extraordinária, favorecido pela localização da Palestina. Salomão fez um acordo comercial com os

fenícios, favorável a ambas as partes. Exportava os excedentes de trigo e óleo, em troca de madeira da fenícia. Também transportava cavalos da Ásia Menor para o Egito, conseguindo enormes lucros.

No Golfo de Acaba (no Mar Vermelho), Salomão mandou construir uma fundição de cobre, um porto e uma frota mercante, equipada por fenícios e que saía em busca de madeira, pedras preciosas e ouro. Seus navios chegavam até os longínquos reinos de Ofir e de Sabá, cuja rainha inclusive visitou Salomão em Jerusalém.

Os tempos de pobreza tinham passado. Agora os israelitas podiam dar-se ao luxo de construir um grandioso templo. Salomão o construiu seguindo o plano arquitetônico transmitido por Davi, seu pai (1Rs 6.1; 1Cr 28.11-19). Davi comprou a eira de Ornã ou Araúna, um jebuseu, que se localizava no monte Moriah ou Moriá, para que ali viesse a ser construído o templo (2Sm 24.24-25; 1Cr 21.24-25), além de ajuntar muitos recursos e materiais para a sua construção. O templo tinha uma planta muito similar à tenda ou Tabernáculo que anteriormente servia de centro da adoração ao Deus de Israel. Lá ficava a “Arca da Aliança” e as “Tábuas da lei”; havia também um candelabro de sete braços (Menorah). O culto ao invisível Javé estava a cargo dos sacerdotes (rabinos) tirados da tribo de Levi.

Salomão tornou-se célebre também pela sua justiça e pelo fino humor com que tomava as suas decisões. Foi um soberano pacífico e deu a Israel uma sólida organização administrativa. Mas, este brilhante reinado preparou o advento de tempos difíceis. Para sustentar a política de grandes construções, o governo de Salomão aumentou os impostos e recrutou a massa camponesa para trabalhar nas obras públicas. Essa situação provocou o descontentamento da população, especialmente das tribos do norte, dedicadas as atividades comerciais e urbanas.

O reinado glorioso de Salomão foi anuviado por um grande erro: seu casamento com mulheres idólatras. Teve 700 esposas e 300 com concubinas (1Rs 11.3), o que em si era enorme atentado, tanto contra si mesmo como contra elas. Muitas de tais mulheres eram idólatras, filhas de príncipes pagãos, desposadas por motivos políticos. Ele, que edificara o Templo de Deus, construiu, ao lado, para elas, altares pagãos. Assim, a idolatria que Davi com tanto zelo suprimira, foi reinstalada no Palácio. A apostasia embriagada da velhice de Salomão é uma das cenas da Bíblia que mais causa dó.

3. O CISMA

Em 935 a.C., depois da morte de Salomão, as dez tribos do Norte se separaram, lideradas por Jeroboão formando um Reino independente – o Reino de Israel, com capital em Samaria. As duas tribos do Sul, que haviam permanecido fiéis ao sucessor de Salomão – Roboão –, formaram o Reino de Judá, com capital em Jerusalém. O Cisma (separação) enfraqueceu os hebreus, que assim tornaram-se presa fácil dos estados expansionistas e militaristas do Oriente Próximo.

3.1 O Reino de Israel

Jeroboão, filho de uma das 700 esposas e 300 concubinas de Salomão, praticamente abandonou o culto a Javé, aderindo ao paganismo. Chegou a introduzir deuses com forma de animais e dois bezerros de ouro para representar Javé. Mais tarde, ocorreu até uma tentativa de implantar o culto a Baal, deus fenício. Contra esses desvios espirituais levantaram-se os profetas, dos quais um dos mais importantes foi Elias.

O Reino de Israel se enfraqueceu, acabando dominado pelos arameus. Conseguiu recuperar-se por um breve período, mas foi novamente atacado, desta vez pelas tropas assírias de Tiglatfalsar III. Finalmente, por volta de 722 a.C., foi anexado por Sargão II ao Império Assírio, após desesperada resistência dos israelitas, tendo sido deportada à maior parte da sua população.

3.2 O Reino de Judá

Enquanto isso, o Reino de Judá levava uma vida relativamente calma, seguindo os ensinamentos de Moisés. Isto se devia à relativa neutralidade que mantinha em relação aos poderosos reinos vizinhos. Em alguns momentos, também em Judá o povo se inclinou para a adoração de ídolos, com a realização de cerimônias religiosas em lugares altos (a exemplo dos persas), quando eram oferecidos sacrifícios de crianças.

Após a queda do Império Assírio, o Egito e a Babilônia passaram a disputar os territórios que estiveram sob o domínio assírio. O Reino de Judá alinhou-se aos babilônios contra os egípcios e foi derrotado. Como consequência, penetraram em Judá deuses de diversas procedências. Nem mesmo o profeta Jeremias, pregando reformas religiosas, conseguiu tirar o povo da infidelidade a Javé.

Depois dos egípcios, em 587 a.C., no governo de Nabucodonosor, rei da Babilônia, conquistou-se Jerusalém, destruindo-se o Templo e levando-se os habitantes prisioneiros: é o episódio conhecido como o cativeiro de Babilônia, que durou cerca de 70 anos. Outros se espalharam pelo mundo, dando início a um movimento que se tornaria conhecido como diáspora (dispersão).

4. A DIÁSPORA

Com a tomada da Babilônia pelo rei persa Ciro, em 539 a.C., os hebreus foram autorizados a regressar à Palestina. Reconstruíram o Templo, reorganizaram a monarquia, formando um pequeno Estado vassalo do Império Persa. Como o território desse pequeno Estado correspondia à antiga tribo de Judá, seus habitantes passaram a ser chamados de judeus.

Após o domínio dos persas, os hebreus viram-se, sucessivamente, sob o jugo de Alexandre (Grécia-Macedônia), do Egito e, finalmente de Roma. As revoltas da população contra o domínio Romano foram duramente reprimidas. Em 70 d.C., no governo do

imperador Tito, Jerusalém foi destruída. Em 136 d.C., no governo de Adriano, os hebreus foram expulsos da Palestina, proibidos de retornar àquela região e dispersos pelas várias cidades do Império Romano. A esse episódio deu-se a denominação de Diáspora (dispersão), a qual somente terminaria em 1948 com a criação do Estado de Israel.

5. SITUAÇÃO DO CAMPONÊS, DO ESCRAVO E DA MULHER

A princípio, a economia entre os hebreus baseou-se na pecuária e, depois, na agricultura. A propriedade da terra era coletiva. A pecuária predominou no sul da Palestina, enquanto a agricultura (cereais, videira e oliveira) foi mais desenvolvida no norte. Nos reinados de Davi e Salomão, o comércio atingiu grande desenvolvimento, assim como o artesanato, sob influência das cidades fenícias. A localização geográfica da Palestina favoreceu o comércio, pois constituía um ponto de cruzamento das rotas comerciais da Mesopotâmia, do Egito, do Mar Vermelho e da Arábia.

“A formação da propriedade privada (primeiro dos rebanhos, depois da terra) foi muito intensiva na Palestina: a terra comunal passou gradualmente às mãos dos chefes das famílias patriarcais.... O próprio rei não tinha o direito de confiscar a terra”².

O desenvolvimento da propriedade privada (lotes individuais pertencentes às grandes famílias) provocou a ruína dos camponeses, que ainda eram obrigados a pagar impostos ao Estado e a servir no exército. A usura também contribuiu para a desigualdade social: os camponeses que não podiam pagar suas dívidas eram reduzidos à escravidão, por tempo determinado (seis anos).

Os mais beneficiados com o desenvolvimento comercial e urbano, sobretudo no norte da Palestina, foram os reis e a aristocracia. Entretanto, a massa camponesa não aceitava sempre passivamente a dominação dos grandes proprietários. Por vezes, eclodiam movimentos populares, que, embora revestidos de um caráter religioso, constituíam uma séria ameaça à aristocracia e aos reis.

A escravidão vem de tempos mui remotos. Adquiriam-se escravos: (i) Pela captura, principalmente na guerra; (ii) Pela compra aos vendedores, ou negociantes de escravos; (iii) Pelo nascimento de filhos dos escravos; (iv) Em pagamento de dívidas (mesmo no caso em que a dívida resulte de um furto, era permitido, contra o espírito da lei mosaica, escravizar o devedor, ou a seus filhos); (v) Por ato voluntário de uma pessoa oprimida pela necessidade, vendia-se a si mesma, ou uma das suas filhas.

As condições legais do escravo hebreu entre os hebreus eram muito diferentes das do escravo estrangeiro: era libertado depois de 6 anos de serviço, se ele o quisesse; não podia ser tratado com dureza, nem despedido com as mãos vazias; e se fosse comprado por um estrangeiro domiciliado no país, tinha direito de resgatar-se pelo valor estabelecido por lei. Existia uma lei especial regulando a escravidão das filhas vendidas por seu pai. Todos os escravos hebreus, tanto os que se sujeitavam voluntariamente ao cativo

² Diakov, V. e Kovalev, S., *Histoire de l'Antiquité*, Editions en Langues Etrangères, págs. 202 e 203.

perpétuo, depois de servirem 6 anos, como os que ainda não tinham completado o seu tempo, ficavam livres no ano do Jubileu. Esta provisão era aplicável mesmo nos casos em que os bens alienados voltavam à posse de seu primitivo dono, no ano da remissão. O escravo estrangeiro tinha direitos garantidos por lei, não poderia sofrer castigo que o deformasse, ou lhe causasse a morte. No caso em que uma escrava fosse tomada para esposa, adquiria novos direitos na família. Todos os escravos não hebreus eram tidos como membros da comunidade de Israel; iguais perante Deus, participantes das festas religiosas e dos sacrifícios, e gozando dos benefícios do sábado do Senhor.

Outra feição humanitária da lei mosaica consistia em dar asilo na terra de Canaã a todos os escravos que fugissem de terras estrangeiras: não podiam ser entregues a seu senhor e tinham o direito de habitar na terra, no lugar que mais lhe agradasse. Não consta que houvesse mercado de escravos na Terra de Israel. A lei mosaica contrastava muito favoravelmente com as leis contemporâneas dos países pagãos, em referência ao modo de tratar os escravos. As relações entre o senhor e o escravo eram às vezes muito cordiais. O escravo gozava de todos os favores da lei e, em certos casos, ficava herdeiro de seu senhor, chegando mesmo a ser admitido no seio da família até como genro.

A mulher é vista como companheira do homem, que Deus lhe deu para servir-lhe de auxílio; sua igual em todas as condições sociais (Gn 2.21-24). Deus instituiu o casamento de um homem com uma só mulher, que se denomina monogamia. Apesar disso, o povo hebreu não levou muito a sério estas orientações. Ela pertencia ao homem, como o boi e o jumento e, em matéria de importância jurídica, estava apenas um pouco acima deles... .

As moças de uma casa, principalmente nos antigos tempos e entre as tribos nômades, conduziam os rebanhos, iam para as searas que tomavam parte nas colheitas; mas as principais obrigações das mulheres eram dentro de casa. Iam buscar água nas fontes; moíam o trigo para o gasto diário; preparavam a comida; fiavam a lã e teciam o pano; instruíam as crianças nas doutrinas religiosas e presidiam os serviços domésticos.

6. CULTURA

6.1 Religião

Da cultura criada pelos hebreus, a religião é, sem dúvida, o legado mais importante. O judaísmo tem os seus fundamentos no Antigo Testamento. Influenciou todas as realizações culturais dos hebreus, do Direito à Literatura e às Artes. A religião dos hebreus era a única religião monoteísta da antiguidade. Seu Deus não podia ser representado por estátuas e até seu nome – Javé – não devia ser pronunciado.

Essa religião ensinava que Deus fez uma “Aliança” com o povo de Israel. De acordo com essa Aliança, o povo receberia a proteção divina em troca da obediência aos “10 Mandamentos (Decálogo)”, gravados nas “Tábuas da Lei”, depositadas numa caixa de madeira (a “Arca da Aliança”), guardada no Templo. Todos os passos da Aliança entre Deus e seu povo e os ensinamentos que deveriam seguir estão contidos na “Bíblia”.

Os dois traços característicos da religião dos hebreus são o **monoteísmo** e o **salvacionismo**, isto é, a crença na vinda de um Messias ou Salvador para libertar o povo hebreu. Com o Cisma – a separação política entre Israel e Judá – a religião monoteísta oficial foi ameaçada pela difusão das crenças pagãs, politeísta. Os profetas – Amós, Isaías, Jeremias, Daniel e outros – trataram de combater as práticas religiosas politeístas, reafirmando a ideia messiânica e o monoteísmo hebraico. Após o retorno do cativo da Babilônia, em 538 a.C., a vida religiosa foi organizada rigorosamente de acordo com a “Torah” (lei), formada pelo Pentateuco, conjunto dos cinco primeiros livros da Bíblia, atribuídos a Moisés.

Graças aos profetas, a religião preservou sua pureza. Foram eles que mantiveram viva a chama da Redenção do povo hebreu, através do anúncio da vinda do “Messias” (o escolhido), que deveria restaurar o poder real de Davi e reunir o povo eleito de Deus.

6.2 Escrita e Literatura

Entre os hebreus, povo de língua semita, surgiu muito cedo uma escrita própria. A arqueologia revelou a existência de uma escrita a partir de meados do segundo milênio a.C. (época do Êxodo). Aos poucos, porém, eles foram substituindo, em sua escrita, a sua língua original pelo aramaico, que era a língua comercial e diplomática do Oriente Próximo na antiguidade. O alfabeto hebraico atual é uma variedade do aramaico, que, juntamente com a língua aramaica tornou-se muito difundido, suplantando os outros alfabetos e línguas semitas.

A maior realização literária dos hebreus foram os livros do Antigo Testamento (a primeira parte da Bíblia). A Bíblia constitui a principal fonte histórica para o estudo da antiga sociedade hebraica. Muitas de suas passagens têm sido confirmadas pelas pesquisas arqueológicas. A Bíblia não é apenas uma obra religiosa – nela estão contidas, além de preceitos morais, éticos e jurídicos, narrativas históricas e obras poéticas.

A Bíblia divide-se em Antigo e Novo Testamento; o primeiro interessa mais de perto à história do povo hebreu. Composto por vários livros, escrito por diversos autores, na sua maioria em antigo hebraico, o Antigo Testamento pode ser dividido em 4 partes: o Pentateuco, os Livros Históricos, os Livros Proféticos e os Livros Didáticos.

O **Pentateuco** é formado pelo conjunto dos cinco primeiros livros, cuja autoria é atribuída a Moisés: o Gênesis (que trata das origens); o Êxodo, que narra a saída dos hebreus do Egito; o Levítico (conjunto de prescrições rituais); Números (contendo o censo das tribos hebraicas); e Deuteronômio (que é uma repetição dos preceitos anteriores e conta a história de Israel). Estes livros formam a base do Antigo Testamento e contêm os preceitos da Legislação Mosaica, sobressaindo-se o Decálogo (os Dez Mandamentos).

Os **Livros Históricos** narram a história dos hebreus desde a chegada à Palestina (Livro de Josué), o período das lutas pela conquista da Terra Santa (Livro de Juízes) até a monarquia e o cativo da Babilônia (Rute, 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis, 1 e 2 Crônicas, Esdras, Neemias e Ester).

Os **Livros Proféticos** são 17 ao todo. Subdividem-se em: Profetas Maiores (Isaías, Jeremias, Lamentações, Ezequiel e Daniel); Profetas Menores (Oséas, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu Zacarias e Malaquias).

Os **Livros Didáticos**, também chamados **Poéticos**, são: Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes e Cantares. Estes livros contêm ensinamentos religiosos, morais e sociais.

6.3 Artes e Ciências

O monoteísmo hebraico influenciou todas as realizações culturais dos hebreus. Deve-se destacar a arquitetura, especialmente a construção de templos, muralhas e fortificações. A maior realização arquitetônica foi o Templo de Jerusalém, construído no governo de Salomão. Destruído no governo de Nabucodonosor, foi reconstruído e atingiu o máximo esplendor na época de Herodes, já sob a dominação romana.

Nas ciências, não apresentaram progresso notável.

A importância cultural da sociedade hebraica residiu principalmente nas esferas religiosa (monoteísmo) e moral (a Lei Mosaica). Sua área de influência atingiu o Ocidente e grande parte do Oriente e constitui uma das bases do Cristianismo.

7. BIBLIOGRAFIA

- Cabral, J. – Introdução Bíblica.
- Davis, John D. – Dicionário da Bíblia.
- Tognini, Enéas – Geografia da Terra Santa (Vol. 1).
- Halley, H. H. – Manual Bíblico (Vol. 1).
- Aquino, Denize, Oscar – História das Sociedades.
- Arruda, A. José Jobson – História Antiga e Medieval.



Elaborado por
Paulo Raposo Correia
3º BEL – 1984